http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n04a43

PANORAMA DA CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS NO BRASIL E DOS INSTRUMENTOS NACIONAIS DE GARANTIA DA CONFORMIDADE: LIMA ANÁLISE A PARTIR DO CADASTRO NACIONAL DE PRODUTORES ORGÂNICOS

FILLIPE SILVEIRA MARINI¹; LUCAS HIPOLITO XAVIER¹; DANIEL VILAR DA SILVA¹; JOSÉ ROMÁRIO LACERDA DE BARROS¹; GUSTAVO JOSÉ BARBOSA¹; FLÁVIA JANAÍNA DE ARAÚJO SILVA¹ & VALTER DA SILVA¹

Recebido em 8 de novembro de 2016. Aceito em 16 de dezembro de 2016. Publicado em 19 de dezembro de 2016.

Resumo – Esse trabalho teve como objetivo apresentar um panorama geral referente à certificação de produtos orgânicos no Brasil a partir da análise do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. A análise foi realizada a partir da sistematização de informações do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos levantadas junto à página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com posterior discussão dos resultados com base em referências obtidas por meio de revisão de literatura acerca do tema estudado. Verificou-se que o sistema de certificação por auditoria apresentou o maior número de produtores certificados no Brasil, sendo identificada uma maior concentração de produtores certificados nos estados do Nordeste e Sudeste. A região Sul do país apresentou o maior número de produtores certificados de forma participativa e a região Nordeste congregou a maior parte dos produtores credenciados à Organizações de Controle Social para a venda direta de produtos orgânicos. O Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos é uma importante ferramenta para a obtenção de informações referentes ao panorama nacional referente a produção orgânica.

PALAVRAS CHAVE: AGRICULTURA ORGÂNICA, CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA, ORGANIZAÇÕES DE CONTROLE SOCIAL.

Overview of organic products certification in Brazil and the national guarantee of compliance instruments: an analysis from the National Organic Producers Register

ABSTRACT — This study aims to present an overview on the certification of organic products in Brazil from the analysis of the National Registry of Organic Producers in the period between November 2014 and March of 2015. The analysis was performed from the systematization of information from the National Registry of Organic Producers, collected from the Ministry of Agriculture, Livestock and Food Suply web page, with subsequent discussion about the results based on references obtained from literature review about the organic production. Most of Brazilian Organic Producers are certified by the external audit system, being identified a higher number of certified producers in the Northeast and Southeast regions. The South region has the most of the producers certified by participatory systems and the Northeast region congregates the most producers accredited to Social Control Organizations of direct sale of organic products. The National Registry of Organic Producers is an important tool to obtaining information about the national context inherent in organic production.

KEY WORDS: ORGANIC AGRICULTURE, CERTIFICATION PARTICIPATORY, SOCIAL CONTROL ORGANIZATIONS.

PANORAMA DE LA CERTIFICACIÓN DE PRODUCTOS ORGÁNICOS EN BRASIL E INSTRUMENTOS NACIONALES DE GARANTÍA DE CONFORMIDAD: UN ANÁLISIS DEL REGISTRO NACIONAL DE PRODUCTORES ORGÁNICOS

RESUMEN – Este trabajo tuvo como objetivo presentar una visión general sobre la certificación de productos orgánicos en Brasil a partir del análisis de del Registro Nacional de Productores Orgánicos. El análisis se realizó a partir de la sistematización de informaciones del Registro Nacional de Productores Orgánicos planteada a partir del sitio web del Ministerio de Agricultura, Ganadería y Abastecimiento, con la posterior discusión de los resultados sobre la base de las referencias obtenidas de revisión de la literatura sobre el tema estudiado. Se encontró que la auditoría para el sistema de certificación tuvo el mayor número de productores certificados en Brasil, identificó una mayor concentración de productores certificados en los estados del noreste y sureste. La región Sur tenía el mayor número de productores certificados de manera participativa y en el Nordeste se reunieron la mayoría de los productores afiliados a las Organizaciones de Control Social para la venta directa de productos ecológicos. El Registro Nacional de Productores Orgánicos es una herramienta importante para la obtención de información relacionada con el panorama nacional en referencia a la producción ecológica.

PALABRAS CLAVES: AGRICULTURA ECOLÓGICA; GARANTÍA PARTICIPATIVA; ORGANIZACIONES DE CONTROLE SOCIAL.

¹ Programa de Pós-graduação em Ciências Agrárias (Agroecologia) da Universidade Federal da Paraíba, PPGCAG/UFPB.

Introdução

A produção de alimentos na agricultura orgânica e na agroecologia são nichos de mercado que crescem a cada ano, na média mundial de 15 a 20%, enquanto o setor da indústria alimentar cresceu entre 4 e 5%. Em virtude disso, o número de consumidores tem crescido consideravelmente, preocupados principalmente com a questão da saúde, sendo o consumo desses produtos um modo de vida mais natural e saudável (NIERDERLE et al. 2013).

Com o crescimento assumido pela Agricultura Orgânica, em termos de importância diante do mercado de alimentos nacional e internacional, emerge a necessidade do estabelecimento de procedimentos regulamentares afim de assegurar aos componentes das cadeias a transparência nos processos de produção e comercialização (MEDAETS e FONSECA 2005). Essa necessidade, observada nos principais países consumidores de produtos orgânicos, incluindo o Brasil, reflete-se na legislação nacional vigente em cada um deles. Nesse sentido, Scalco et al. (2014) destacam como característica peculiar dos produtos orgânicos frente aos convencionais, a necessidade de atendimento a padrões de conformidade relacionados as normas de produção determinadas por entidades reguladoras, culminando, na garantia de qualidade e consequentemente a certificação.

De acordo com Neves (2005), a certificação atesta um procedimento de verificação da conformidade do produto ou do processo em relação a padrões estabelecidos. Esse processo, descrito por Medaets e Fonseca (2005), engloba a avaliação de todas as atividades necessárias para a determinação quanto ao cumprimento de requerimentos específicos, assegurando-se assim, que um produto siga determinados padrões desejados.

As políticas públicas e iniciativas institucionais formuladas pelo Estado Brasileiro com vistas a estimular a produção orgânica, a pesquisa, a organização social dos produtores, assim como, a comercialização de produtos orgânicos, representam uma exceção no contexto do movimento orgânico latino-americano, onde na maioria dos casos o crescimento do setor tem ocorrido a partir de esforços próprios, independentemente de apoio governamental (YOUSSEFI, 2006).

A institucionalização destas práticas atende a diversos setores e níveis de mercado, consentindo no que Fonseca (2005) classificou como convenções industriais e mercantis (grandes varejistas, produtos elitizados com alto valor agregado, certificadoras baseadas em padrões internacionais) e doméstico-cívicas (circuitos curtos de produção e consumo – feiras livres, pequena agricultura de base familiar).

O Decreto nº 6.323 de 27 de Dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), que regulamenta a Lei 10.831 de 2003, possibilita que a certificação da produção orgânica a nível nacional seja realizada por meio de Organismos de Certificação da Conformidade Orgânica constituídos como pessoas jurídicas, de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg).

Este mesmo decreto exige o registro dos produtores (agricultores e organizações) no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), admitindo a possibilidade de execução do processo de certificação por meio de dois sistemas. O primeiro consiste na certificação por auditoria por Organismos Certificadores (OCs), onde um organismo certificador não vinculado ao sistema de produção realiza uma atividade de controle externo junto às unidades de produção

e/ou comercialização demandantes pela certificação, a fim de avaliar e garantir sua conformidade em relação aos regulamentos técnicos.

O segundo remete-se à certificação por meio de Sistemas Participativos de Garantia (SPG) da qualidade orgânica por Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPAC), que consistem em um conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito de uma determinada estrutura organizativa, com o objetivo de resguardar a garantia de atendimento, por parte de um determinado produto, processo ou serviço, a regulamentos e/ou normas específicas a partir da submissão a um processo de avaliação da conformidade executado de forma participativa, englobando produtores, técnicos, consumidores e outros agentes vinculados à rede de produção e comercialização orgânica.

Um terceiro mecanismo de controle social, previsto no referido decreto, possibilita que os agricultores possam comercializar produtos orgânicos através da venda direta sem a necessidade de certificação, sendo a garantia atestada por uma Organização de Controle Social (OCS) previamente cadastrada junto ao MAPA ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado.

Desta forma, considerando a significativa escassez de informações e sistematizações sobre as informações da certificação nacional, principalmente para a venda direta de alimentos orgânicos, esse trabalho teve como objetivo apresentar um panorama geral referente à certificação de produtos orgânicos no Brasil a partir da análise do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, assim como a evolução do cenário entre novembro de 2014 e março de 2015.

MATERIAS E MÉTODOS

O trabalho foi uma proposta realizada pelos acadêmicos da disciplina de Tecnologia de Produtos e Serviços de Mercado Agroecológico, ministrada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias (Agroecologia) do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias da Universidade Federal da Paraíba, no município de Bananeiras, no estado da Paraíba.

Dentro da ementa da disciplina, entre outros assuntos, foram abordados o processo de certificação, tipos de certificação aplicados aos sistemas de produção agroecológico e os órgãos de certificação de produtos orgânicos. Para isso, o conteúdo foi exposto de forma participativa entre os acadêmicos, no qual foi realizada uma revisão bibliográfica com o uso de livros e artigos científicos sobre a temática. Ao longo das discussões, dos levantamentos e da sistematização percebeu-se a necessidade de informações científicas dos dados do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg).

A análise foi realizada a partir da sistematização de informações do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) levantadas junto à página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) nos meses de novembro de 2014 e março de 2015.

As ações de identificação e a sistematização remetem-se às informações relacionadas às organizações certificadoras, bem como aos produtores credenciados junto ao CNPO nos dois períodos de estudo. Nesse sentido, buscou-se inicialmente identificar os Organismos Certificadores (OCs) cadastrados no sistema de auditoria, assim como, os Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPACs) cadastrados no Sistema Participativo de Garantia da Conformidade da Produção Orgânica (SPG), analisando-se também a distribuição dessas organizações por região do país.

De maneira similar, buscou-se relacionar as Organizações de Controle Social (OCS) na venda direta da produção orgânica por região à qual cada organização encontrava-se vinculada no cadastro em questão. Essa análise foi efetuada a partir da relação existente entre cada OCS e a Unidade da Federação (UF), na qual a entidade ou grupo encontrava-se cadastrado à respectiva Superintendência do MAPA.

Num segundo momento, buscou-se sistematizar a distribuição de produtores por região do país e as entidades certificadoras, nos OCs por sistemas de certificação de auditoria e nas OPACs no SPG, bem como o número de produtores por região na modalidade de Controle Social na venda direta da produção.

Como critério base para a quantificação do número de produtores nos diferentes aspectos de análise foram utilizadas as informações referentes aos Cadastros de Pessoa Física e Jurídica (CPF e CNPJ), para os produtores individuais e empresas ou entidades, respectivamente. Nesse sentido, duplicatas referentes ao CPF e/ou CNPJ identificadas no cadastro foram desconsideradas, quando pertinente ao aspecto da análise.

Ressalta-se que o CNPO não disponibiliza, de forma integral, através das planilhas estudadas, as informações acerca do local de origem de alguns produtores cadastrados. Assim, os produtores cuja informação necessária à sistematização dos dados não foi observada nas planilhas analisadas, tanto no que diz respeito ao seu local de origem como no que tange o vínculo com a entidade, foram tratados nesse trabalho como "Sem Identificação".

A discussão dos resultados foi fundamentada por referências identificadas a partir de revisão de literatura acerca da temática estudada, buscando-se o estabelecimento de relações entre as informações constantes na literatura e os fenômenos observados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao verificar as informações contidas nas planilhas do CNPO foram identificados, em março de 2015, oito Organismos Certificadores cadastrados sob o sistema de auditoria (Tabela 1), assim como, 16 OPACs cadastrados para a certificação por meio de sistemas participativos (Tabela 2), totalizando 24 entidades que podem atestar a conformidade da produção, concedendo uso do selo de certificação orgânica no Brasil. Nesse sentido, observou-se um acréscimo de duas OPACs cadastradas em março de 2015 em relação a novembro de 2014, mantendo-se constante o número de OCs cadastrados para a certificação por meio de auditoria.

Todos os organismos certificadores por auditoria possuem sua matriz ou filial internacional nas regiões Sudeste e Sul do país, sendo 75% e 25%, respectivamente. Para suprir a necessidade de atendimento em outras regiões brasileiras, essas entidades possuem escritórios com técnicos especializados.

Dos OCs por auditoria que atendem ao mercado internacional no Brasil foi observado que 37,5% são filiais de certificadoras de outros países e que o Instituto Biodinâmico é a certificadora brasileira responsável pelo mercado internacional. Como órgãos públicos atuantes na certificação foram identificados o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), o Instituto Tecnológico do Paraná (TECPAR) e o Instituto Nacional de Tecnologia (INT).

Ao observar as informações dos OPACs verificou-se que houve uma melhor distribuição das entidades no território brasileiro, sendo identificada, em março de 2015, uma maior concentração nas regiões Nordeste e Sudeste, sendo respectivamente, 37,5 e 25%, quando comparadas as

demais. Entretanto, para a região Norte, não foi observado nenhum dos sistemas de certificação previstos na legislação brasileira, o que mostra uma fragilidade nesta região quanto a certificação de produtos orgânicos.

Tabela 1 - Relação de Organismos Certificadores (OCs) da Produção Orgânica cadastrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento por Sistema de Auditoria em março de 201**5**

(OCs)	Cidade/UF	Escopos Credenciados
Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)	Curitiba/PR	Produção primária vegetal; Produção primária animal; Processamento de produtos de origem vegetal; Processamento de produtos de origem animal; Extrativismo sustentável orgânico.
Ecocert Brasil Certificadora Ltda.	Florianópolis/ SC	Produção primária vegetal; Produção primária ani- mal; Processamento de produtos de origem vegetal; Processamento de produtos de origem animal; Extrativismo sustentável orgânico.
Instituto Biodinâmico de Certificações Ltda. (IBD)	Botucatu/ SP	Produção primária vegetal; Produção primária ani- mal; Processamento de produtos de origem vegetal; Processamento de produtos de origem animal; Extrativismo sustentável orgânico; Processamento de Insumos Agrícolas (sementes e mudas).
IMO Control do Brasil Ltda.	São Paulo/ SP	Produção primária vegetal; Produção primária animal; Processamento de produtos de origem vegetal; Processamento de produtos de origem animal; Extrativismo sustentável orgânico.
Agricontrol Ltda. (OIA)	São Paulo/ SP	Produção primária vegetal; Produção primária animal; Processamento de produtos de origem vegetal; Processamento de produtos de origem animal; Extrativismo sustentável orgânico; Processamento de produtos têxteis.
Instituto Nacional de Tecnologia (INT)	Rio de Janeiro/ RJ	Produção primária vegetal; Produção primária animal; Processamento de produtos de origem vegetal; Extrativismo sustentável orgânico.
Instituto Chão Vivo de Avaliação de Conformidade	Santa Teresa/ ES	Produção primária vegetal; Processamento de produtos de origem vegetal.
Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)	Belo Horizonte/ MG	Produção primária vegetal; Produção primária ani- mal; Processamento de produtos de origem vegetal; Processamento de produtos de origem animal.

Fonte: MAPA (2015), adaptado pelos autores.

Neste trabalho observou-se que houve um aumento de certificadoras no país quando comparado a trabalhos anteriores. Em 2002, de acordo com Ormond et al. (2002) haviam 19 certificadoras de produção orgânica que estavam em processo de regularização na época. Dessas, 12 eram de origem nacional e sete eram estrangeiras. Os autores identificaram que 17 certificadoras de produtos orgânicos atuantes no mercado brasileiro na época de estudo possuíam suas sedes na região Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e uma na França, pois não havia uma filial no país.

Já em um estudo exploratório um pouco mais recente acerca da certificação de produtos orgânicos no Brasil, Graziano et al. (2006) identificaram 11 certificadoras nacionais e 06 certificadoras internacionais atuando no mercado de produtos orgânicos. Das certificadoras nacionais identificadas, sete possuíam sede na região Sudeste, três na Região Sul e uma na região Centro-Oeste.

Das certificadoras listadas pelos autores anteriormente citados sete constavam no CNPO até março de 2015, sendo as seguintes: Abio, ANC, Chão Vivo, Ecocert, IBD, IMO e OIA.

Apesar do crescimento de OPACs com sede na região Nordeste, observou-se a permanência referente à concentração das entidades certificadoras no Centro-Sul brasileiro.

Tabela 2. Relação de Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC) cadastrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento para o Sistema Participativo de Garantia até o mês março de 2015

OPAC	Cidade/UF	Escopos Credenciados
Associação Ecovida de Certificação Participativa (Rede Ecovida)	Três Cachoeiras, Dom Pedro de Alcântara, Ipê/RS	Produção primária vegetal; Produção primária animal; Processamento de produtos de origem vegetal; Processamento de produtos de origem animal; Extrativismo sustentável orgânico.
Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO)	Rio de Janeiro/RJ	Produção primária vegetal; Produção primária animal; Processamento de produtos de origem vegetal; Processamento de produtos de origem animal; Extrativismo sustentável orgânico; Processamento de Insumos Agrícolas (sementes e mudas).
Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD)	Botucatu/SP	Produção primária vegetal; Produção primária animal; Processamento de produtos de origem vegetal; Processamento de produtos de origem animal; Extrativismo sustentável orgânico; Processamento de Insumos Agrícolas (sementes e mudas).
Associação Agroecológica do Pajeú (ASAP)	Afogados de Ingazeira/PE	Produção Primária Vegetal.

Sindicato dos Produtores Orgânicos do Distrito Federal (SINDIORGÂNICOS – OPAC Cerrado)	Brasília/DF	Produção primária vegetal; Produção primária animal; Processamento de produtos de origem vegetal; Processamento de produtos de origem animal.
Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (APOMS)	Glória de Dourados/MS	Produção Primária Vegetal.
Associação dos(as) Produtores(as) Agroecológicos(as) do Semiárido Piauiense (APASPI)	São Raimundo Nonato/PI	Produção primária vegetal; Produção primária animal.
Associação de Certificação Participativa Agroecológica (ACEPA)	Quixeramobim/ CE	Produção primária vegetal.
Associação Agroecológica de Certificação Participativa dos Inhamuns/ Crateús (ACEPI)	Nova Russas/CE	Produção primária vegetal.
Associação dos Agricultores e Agricultoras Ecológicos do Araripe (ECOARARIPE)	Ouricuri/PE	Produção primária vegetal;
Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas	Inconfidentes/ MG	Produção primária vegetal; Produção primária animal; Processamento de produtos de origem vegetal; Processamento de produtos de origem animal; Processamento de insumos agrícolas; Extrativismo sustentável orgânico; Processamento de produtos têxteis.
Organismo Participativo de Conformidade Litoral Norte	Itati/RS	Produção primária vegetal; Processamento de produtos de origem vegetal
Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC)	Campinas/SP	Produção primária vegetal; Produção primária animal; Processamento de produtos de origem vegetal; Processamento de produtos de origem animal; Extrativismo sustentável orgânico.
Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão Apodi (ACOPASA)	Apodi/RN	Produção Primária vegetal.

Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (CEDAC)	Goiânia/GO	Produção Primária vegetal; Produção Primária animal; Processamento de produtos de origem vegetal; Extrativismo sustentável orgânico.
Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul Ltda.	Porto Alegre/RS	Produção Primária vegetal; Produção Primária animal.

Fonte: MAPA (2015), adaptado pelos autores.

Para as Organizações de Controle Social (OCS) foram identificadas 213 entidades ou grupos atuantes em 21 Unidades da Federação em março de 2015, representando um pequeno acréscimo em relação às 206 entidades identificadas em novembro de 2014. Dessas OCS identificadas, observou-se o predomínio de organizações cadastradas junto a superintendências do MAPA, respectivamente, nas regiões Nordeste e Sudeste (Tabela 3).

Tabela 3 - Número de Organizações de Controle Social (OCS) cadastradas junto às superintendências do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento por região do Brasil em março de 2015

Região	Nº de OCS Cadastradas	Percentagem(%)
Nordeste	99	46,48
Sudeste	70	32,86
Centro-Oeste	21	9,86
Norte	14	6,57
Sul	9	4,23
Total	213	100,00

Fonte: MAPA (2015) – Adaptado pelos autores.

Com relação ao número de produtores credenciados pelos sistemas de certificação observou-se que no Brasil, em março de 2015, haviam sido credenciados cerca de 10.070 produtores, representando um aumento próximo à 16% em relação aos 8.683 produtores identificados em novembro de 2014. Entretanto, foram observados casos em que um mesmo produtor encontrava-se no CNPO vinculado a mais de um organismo de controle, sendo identificada a mesma situação para o sistema de controle, desconsiderando-se, para fins de contabilização, as repetições, sempre que pertinente à análise. Por isso, ao realizar novas buscas no CNPO deve-se prever a superestimação do número de produtores cadastrados, conforme o observado por Constanty e Darolt (2014), os quais identificaram a necessidade de aprimoramento do cadastro de produtores orgânicos no Brasil referente à complementação e à padronização das informações contidas no sistema.

O Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos encontra-se disponível na página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Esse possui as informações dos produtores e entidades de monitoramento e avaliação da conformidade e a partir de planilhas eletrônicas periodicamente atualizadas, como o observado neste trabalho, consiste numa importante fonte de dados que podem servir de indicadores do cenário que envolvem a dinâmica dos mecanismos de controle da qualidade orgânica a nível nacional.

Ao verificar as informações sobre os OCs por auditoria foram identificados 4.564 produtores orgânicos certificados, em março de 2015, representando um aumento de 5% em relação aos 4.344 produtores identificados no cadastro de novembro de 2014 (Tabela 4). Contudo, as regiões Nordeste e Sudeste respondiam pela maior parte dos produtores orgânicos certificados, representando aproximadamente 46 e 23% do total de produtores, respectivamente (Figura 1).

Com relação à análise do número de produtores certificados no âmbito do sistema de auditoria por Organismo Certificador observou-se uma intensa concentração de produtores certificados no Instituto Biodinâmico de Certificações (IBD) em ambos os períodos estudados. Nesse aspecto, merece destaque a acreditação do IBD aos órgãos internacionais de conformidade, pois segundo o IBD (2014), o instituto possui o seu credenciamento nos sistemas INFOAM/ IOAS, assim como ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e à Demeter, podendo o produtor receber os selos de conformidade orgânica dos países vinculados.

Tabela 4 - Número de produtores por Organismo de Certificação (OCs) por sistema de auditoria registrados junto ao Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento nos meses de novembro de 2014 e março de 2015

	Novembro de 2014		Março de 2015	
OCs	Produtores	Percentual (%)	Produtores	Percentual (%)
IBD CERTIFICAÇÕES LTDA	3.729	85,84	3.776	82,73
ECOCERT BRASIL CERTIFICADORA	333	7,67	498	10,91
INSTITUTO DETECNOLOGIA DO PARANA	112	2,58	120	2,63
INSTITUTO CHÃO VIVO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	110	2,53	112	2,45
AGRICONTROL S/A	57	1,31	56	1,23
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA	12	0,28	12	0,26
IMO-CONTROL DO BRASIL LTDA.	11	0,25	10	0,22
INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUARIA	9	0,21	9	0,20
TOTAL (Produtores)*	4.344		4.564	

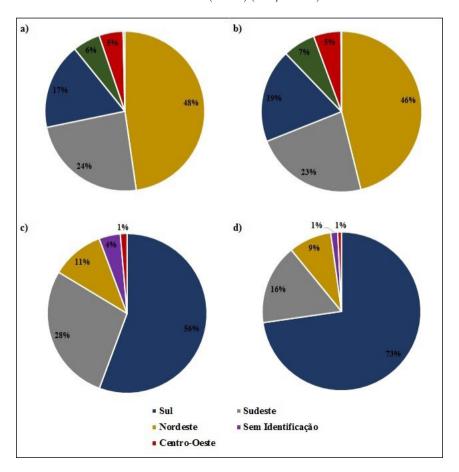
Fonte: MAPA (2014; 2015), adaptado pelos autores.

^{*}Referente ao montante de produtores cadastrados no âmbito do Sistema de Certificação por Auditoria

De acordo com Mooz e Silva (2014), a certificação aos órgãos internacionais permite aos produtos certificados no âmbito do IBD o acesso à mercados europeus e norte-americanos, os quais correspondem aos principais mercados para a produção nacional exportada, a qual, por sua vez representa a parcela majoritária da produção nacional.

Ao realizar a análise referente ao número de produtores certificados por OPACs verificouse a existência de 2.761 produtores orgânicos cadastrados no CNPO a partir do SPG em março de 2015, representando um significativo aumento, de aproximadamente 75% em relação aos 1.619 produtores identificados no respectivo cadastro em novembro de 2014 (Tabela 5). Com isso, observou-se que a região Sul do Brasil concentrou a maior parte desses produtores (Figura 1). Tal concentração, que em Novembro de 2014 representava cerca de 56%, intensificou-se no intervalo entre os períodos estudados, chegando a representar algo em torno de 73% em março de 2015.

Figura 1 - Percentagem de produtores orgânicos por Região no Brasil segundo o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). a) OCs por auditoria (Novembro/2014); b) OCs por auditoria (Março/2015); c) Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPAC) (novembro/2014); d) Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPAC) (março/2015).



De forma a corroborar com essa informação, observou-se no SPG uma representativa concentração de produtores certificados junto à Associação Ecovida de Certificação Participativa (Tabela 3), que encontra-se sediada na região Sul do Brasil. Essa organização, que em novembro de 2014 possuía 64% dos produtores certificados na modalidade, passou a certificar mais de 75% do respectivo montante total de produtores em março de 2015, mais do que duplicando o número de produtores certificados no período estudado.

Nesse aspecto, destaca-se o pioneirismo da Associação Ecovida de Certificação Participativa enquanto iniciativa de formação de uma estrutura organizacional diferenciada e inovadora no contexto da certificação orgânica e da produção agroecológica (a Rede Ecovida), ressaltando-se, também, seu o caráter holístico e sistêmico da ação da organização junto aos atores associados. Segundo Magnanti (2008), a Rede Ecovida surge como resultado de um processo organizativo de agricultores familiares dos três estados da Região Sul e do estado de São Paulo o que foi iniciado em 1996, como uma alternativa ao gargalo de manutenção do mercado de produtos agroecológicos por longo período, fundamentando-se nos conceitos de economia solidária.

Nesse sentido, a Rede Ecovida atua com um foco diferenciado da agricultura industrial quando busca num primeiro plano a segurança alimentar dos camponeses e logo em seguida estratégias de comercialização que privilegie a organização a partir dos atores envolvidos e a criação de novos espaços de atuação (NIERDERLE et al. 2013).

A organicidade da Rede Ecovida permite ainda a constituição de um sistema de assistência técnica autônomo que confere independência e agilidade no sistema de produção por sistema participativo por garantia (CAMARGO e BEDUSCHI 2013).

O desenvolvimento laboral da Ecovida segue a trajetória de planejamento do estado no sentido de fortalecer a agricultura familiar através de políticas públicas focadas na comercialização institucional que valoriza a produção local e orgânica, cuja produção será direcionada ao público do mesmo espaço territorial (SABOURIN et al., 2014).

No Sistema de Controle Social na venda direta da produção orgânica foram identificados, em março de 2015, 3.062 produtores orgânicos vinculados cadastradas junto à Superintendências do MAPA nos estados brasileiros. Desses produtores cerca de 53% encontravam-se na região Nordeste, sendo a principal região neste sistema (Tabela 6). O quantitativo total representa um aumento de 6% em relação aos 2.888 produtores identificados no cadastro referente ao mês de novembro de 2014. Nesta ocasião, a região Nordeste concentrava 55% do total de produtores cadastrados sob essa modalidade de controle da produção orgânica.

As motivações e os fenômenos que explicam a grande ocorrência de agricultores cadastrados em Organismos de Controle Social podem ser infinitas, mas uma das evidencias que chamam mais atenção remete-se a importância das feiras livres no Nordeste. Isso não somente pelo apoio e as articulações pelos movimentos sociais que ocorrem na região, mas também, pela característica histórica da importância desse mercado para a população nordestina.

As feiras livres têm uma grande importância devido à diversidade de produtos ofertados a preços mais baixos, que atende principalmente as necessidades da população de baixa renda, promovendo, por sua vez o resgate da cultura e das tradições populares, na medida em que favorecem o encontro de pessoas da comunidade.

Com relação à distribuição de produtores cadastrados por organização, verificou-se uma menor concentração de produtores nas OCS em relação aos sistemas de certificação (auditoria e SPG). Isso sugere que os sistemas participativos e venda direta são processos de construção entre os agricultores(as) familiares que estão buscando sua inserção social e renda dentro da nova dinâmica de produção de alimentos agroecológicos.

Tabela 5 - Número de Produtores por Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPAC) registrados junto ao Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) nos meses de novembro de 2014 e março de 2015.

	Novembro de 2014		Março de 2015	
OPAC	Produtores	Percentual (%)	Produtores	Percentual (%)
Associação Ecovida	1.036	63,99	2.089	75,66
ABIO	247	15,26	247	8,95
ECOARARIPE	69	4,26	69	2,50
ACEPA	*	*	68	2,46
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRICULTURA BIODINÂMICA	50	3,09	66	2,39
ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA NATURAL DE CAMPINAS E REGIÃO	62	3,83	59	2,14
ACEPI	54	3,34	54	1,96
ACOPASA	29	1,79	29	1,05
APASPI	21	1,30	21	0,76
SINDICATO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DO DF - OPAC CERRADO	21	1,30	20	0,72
ORGÂNICOS SUL DE MINAS	19	1,17	19	0,69
CEDAC	*	*	13	0,47
OPAC LITORAL NORTE	9	0,56	8	0,29
REDE APOMS	1	0,06	1	0,04
Sem Identificação	3	0,19		
Total (Produtores)**	1619		2761	

Fonte: MAPA (2014; 2015), adaptado pelos autores.

^{*} Entidade não encontrava-se cadastrada no CNPO no período estudado.

^{**}Referente ao montante de produtores cadastrados no âmbito do Sistema Participativo de Garantia (SPG).

Tabela 6 - Número de produtores cadastrados em Organismos de Controle Social (OCS) registrados junto ao Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento nos meses de novembro de 2014 e março de 2015.

Mês de Referência	Novembro de 2014		Março de 2015	
Região	Produtores	Percentual	Produtores	Percentual
Nordeste	1601	55,44	1632	53,30
Sudeste	577	19,98	639	20,87
Sul	334	11,57	373	12,18
Centro-Oeste	178	6,16	223	7,28
Norte	149	5,16	150	4,90
Sem Informação	49	1,70	45	1,47
Total	2888	100,00	3062	100,0

Fonte: MAPA (2014; 2015) - Adaptado pelos autores.

Nesse aspecto foram listados, para a OCS com o maior número de agricultores vinculados no CNPO em Março de 2015, um total de 222 produtores, correspondendo a apenas 7% do total de agricultores habilitados para a comercialização de produtos orgânicos no âmbito dessa forma de controle em todo o Brasil. Em março de 2014, a entidade com maior número de produtores orgânicos vinculados presentes na respectiva versão do CNPO possuía um total de 187 produtores, o que representava pouco mais de 6% do total de produtores identificados para o sistema de controle. Assim, observou-se que as distinções existentes entre as formas de controle da produção orgânica previstas na legislação vigente (controle social na venda direta da produção orgânica, assim como as possibilidades de certificação por meio de auditoria e sistemas participativos) possivelmente refletem nas peculiaridades locais e de mercado.

Tal fenômeno abre espaço para a realização de pesquisas futuras com vistas a compreender a relação existente entre as particularidades observadas nesse trabalho, relacionadas às distintas formas de controle da produção orgânica vigentes no Brasil, e as particularidades existentes no processo de operacionalização de cada uma dessas formas, compreendido como produto institucionalizado de um processo de construção social da regulamentação da produção orgânica, incluindo a certificação de produtos e serviços.

As diferentes formas de controle da produção orgânica dispostas pela legislação brasileira tornam esse dispositivo regimental singular em um contexto global de regulamentação da produção orgânica, abrindo possibilidades para a inserção de uma gama diversificada de produtores, inclusive a agricultura familiar, que tornam-se habilitados ao abastecimento com qualidade em distintos circuitos de comercialização.

Nesse sentido, a institucionalização de diferentes mecanismos de controle da conformidade na produção orgânica ilustra uma busca por atendimento a uma arquitetura de mercado altamente diversificada, resultante de um heterogêneo conjunto de sistemas de produção.

Se por um lado os organismos de controle social permitem a comercialização de produtos

orgânicos por agricultores familiares por meio de venda direta sem certificação, por outro, oferecem a garantia do produto de qualidade alicerçada nos laços de confiança estabelecidos a partir do vínculo de proximidade entre a comunidade, formando junto aos consumidores. Esse sistema inova ao permitir a natureza participativa dos distintos atores nos processos de monitoramento e de avaliação da conformidade, refletindo no crescimento significativo desses organismos no mercado brasileiro (NIERDELE et al. 2013).

Conclusões

Ao verificar as informações do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos no Brasil pode se concluir que:

- 1. O sistema de certificação por auditoria apresentou o maior número de produtores certificados no Brasil, sendo identificada uma maior concentração de produtores certificados nos estados do Nordeste e Sudeste.
- 2. A região Sul do país apresentou o maior número de produtores certificados em Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade.
- 3. A região Nordeste congregou a maior parte dos produtores credenciados à Organizações de Controle Social para a venda direta de produtos orgânicos.
- 4. O Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos é uma importante ferramenta para as informações do panorama nacional referente a produção orgânica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. 2007. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. **Regulamenta a Lei Nº 10.831,** de 23 de Dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília, 28 de dezembro de 2007.

CAMARGO C e BEDUSCHI LC. 2013. Agroecologia e seus sistemas de garantia: construindo confiança e participação entre os agricultores. **Cadernos de Agroecologia**, 8(2):1-5.

CONSTANTY HFP e DAROLT MR. 2014. O Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos: o caso do estado do Paraná. **Cadernos de Agroecologia**, 9(1):1-5.

FONSECA, MFAC. 2005. A institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação. Rio de Janeiro, 476p. Tese (Doutorado) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

GRAZIANO GO, PIZZINATTO NK, GIULIANI AC, FARAH OE, NETO MS. 2006. A certificação de produtores de orgânicos no Brasil: um estudo exploratório. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 44,** Resumos, Fortaleza: SOBER, p. 1-17. Capturado em: 28 out 2014. Disponível na Internet em: http://www.sober.org.br/palestra/5/871.pdf.

IBD CERTIFICAÇÕES LTDA. 2014. **Acreditadores.** Capturado em 19 dez 2014. Disponível em: http://ibd.com.br/pt/Acreditadores.aspx.

MAGNANTI NJ. 2008. Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia,** 5(2):26-29.

MAPA. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. 2014. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos: Novembro de 2014. Capturado em 08 dez. 2014 Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/cadastro-nacional>.

MAPA. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. 2015. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos: Março de 2015.** Capturado em 29 abr. 2015 Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/cadastro-nacional.

MEDAETS JP e FONSECA MFAC. 2005. **Produção Orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Brasília: MDA/NEAD, 104 p.

MOOZ ED e SILVA MV. 2014. Alimentos orgânicos. Nutrire. 39(1);99-112.

NEVES MCP. 2005. Certificação como garantia da qualidade de produtos orgânicos. In: AQUINO AM e ASSIS RL (Ed.). **Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica. Cap. 11. p. 239-256.

NIERDELE PA, ALMEIDA L, VEZZANI FM (Org.). 2013. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós, 393p.

ORMOND JGP, PAULA SRL, FILHO PF, ROCHA LTM. 2002. Agricultura orgânica: quando o passado é futuro. **BNDES Setorial.** 15:3-34.

SABOURIN E, SAMPER M, SOTOMAYOR O (Org.). 2014. **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: Balance, desafíos y perspectivas.** Santiago, Chile: CEPAL, 299 p.

SCALCO, A. R. et al. 2014. Fatores limitantes e dificuldades no processo de certificação em propriedades rurais de produção de orgânicos. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 52**, Anais..., Goiânia: SOBER, p. 1 - 19.

YOUSSEFI M. 2006. Organic farming worldwide 2006 overview & main statistics. In: WILLER H, and YUSSEFI M. **The World of Organic Agriculture: Statistics and Emerging Trends 2006**. Bonn, Germany: INFOAM/FIBL, Cap. 5, p. 23-37.